

ECONOMIA BRASIL

Empresários debatem juros, moratória e desobediência

13 JAN 1987

Moratória, maxidesvalorização, juros, troca de ministros, desobediência civil e redução de salários — eis alguns dos temas abordados ontem na reunião empresarial promovida pela Associação das Indústrias do Distrito Industrial da Fazenda Botafogo (Asdin), presidida por Alfredo Laufer. O presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, convocou os homens de negócios para uma grande reunião em Brasília, no final de abril, e advertiu os presentes para as tentativas de responsabilizar os empresários pelo eventual fracasso do Plano Cruzado: "Não podemos deixar o desespero ditar a política econômica."

"Os juros podem quebrar muita gente", disse o presidente do grupo Formiplac, Ricardo Degenszejn, vice-presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro (Cirj). Em sua opinião, "o lobby dos banqueiros é fortíssimo", permitindo-lhes manter os juros livres quando tudo está congelado ou tabelado. Também Alfredo Laufer, presidente da Asdin e da Atri-Nylox do Brasil, fabricante de mangueiras, criticou o sistema bancário, que "privilegia os grandes grupos empresariais e os latifundiários", aos quais empresta dinheiro subsidiado, a taxas de 10% ao ano, enquanto cobra mais de 15% ao mês das pequenas e médias empresas que desejam ampliar a produção.

Amaury Temporal, que preside também a Associação Comercial do Rio de Janeiro, debateu com os presentes várias questões. Ele acha que mudanças no ministério, às quais se referiu como "troca de guarda", não resolvem automaticamente os problemas e podem levar o governo para a esquerda. "O Brasil será a próxima economia de 1 trilhão de dólares, no ano 2000, se continuarmos crescendo a taxas de 7% ao ano, e precisamos nos comportar como aspirantes do clube dos desenvolvidos", assinalou.

O presidente da Associação Comercial alertou para os efeitos de medidas como a maxidesvalorização, lembrando que a última dobrou a inflação três meses depois. Embora considere o Plano Cruzado bem-sucedido — "reduziu a inflação com aumento de empregos" — Apontou algumas distorções: "A continuidade do déficit público elevado, a drenagem de recursos do setor privado para o setor público, a rigidez da economia e a falta de

JORNAL DO BRASIL

André Durão



Temporal teme o desespero

transparência e mecanismos de participação democrática, pela sociedade, na gestão dos gastos públicos".

Quanto às altas taxas de juros, Amaury Temporal, que preside o Riopart, um banco de negócios, defendeu os banqueiros, colocando a culpa na "engenharia financeira" do governo. "Não há solução sem sacrifício. Que pelo menos seja de curto prazo" — acrescentou, explicando as alternativas para a alta dos juros como meio de desaquecer a demanda: demissão de 25% do funcionalismo público, aumento dos impostos ou diminuição dos salários.

O industrial Ricardo Degenszejn não aceita que o Brasil vá pedir moratória e, por isso, duvida que setores governamentais e empresariais estejam estocando matérias-primas. Inclusive porque, segundo seus números, a dívida mundial é da ordem de 800 bilhões de dólares, a da América Latina, de 400 bilhões e a do Brasil, de 100 bilhões de dólares, o que leva os banqueiros estrangeiros a tratar a questão com muita cautela, pois não podem lançar tais créditos na conta dos devedores duvidosos, uma vez que elas ultrapassam o capital dos bancos credores.